

UM POVO SEM VOZ: BREVE RELATO DOS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO AO LONGO DA HISTÓRIA

Data de aceite: 01/04/2024

José Vagnesso Max Cardoso de Melo

Discente do curso Libras

RESUMO: O artigo tem como principal objetivo, discutir sobre as dificuldades que os alunos com deficiência auditiva vêm enfrentando ao longo da história da humanidade, tais dificuldades os levaram a serem excluídos do convívio social, pois, antigamente eram tratados como indigentes. Toda essa segregação trouxe preconceitos pela sociedade, mas também trouxe lutas e conquistas para os indivíduos e as pessoas que por eles lutam; no artigo nos baseamos em pesquisas bibliográficas para contextualizarmos os tipos de ensino nas escolas tidas como comuns para alunos não deficientes e nas escolas com alunos especiais (deficientes) dando ênfase a uma reportagem realizada no ano de 2017, com tema proposto na redação do ENEM. No trabalho, faremos uma breve pinceladas sobre os marcos históricos que levaram as pessoas com deficiência auditiva serem protegidas e acolhidas pelas leis que regem nosso país, entretanto ainda estamos longe de conseguir realmente de fato atingir o nosso objetivo da inclusão total desses

indivíduos, esse problema é apresentado em um projeto de mestrado que entrevistou alunos de aprendizagem especiais e a conclusão foi um péssimo indicativo de como os alunos estão com dificuldades no ensino nas escolas.

PALAVRAS-CHAVE: educação, deficientes auditivos, segregação.

ABSTRACT: The main objective of the article is to discuss the difficulties that students with hearing impairment have been facing throughout human history, such difficulties led them to be excluded from social life because they were formerly treated as indigent. All this segregation brought prejudices by society, but it also brought struggles and achievements for individuals and the people who fight for them; In the article, we will contextualize the types of teaching in common schools and in schools with special students, emphasizing a report carried out in 2017 with the proposed theme of the ENEM essay. In the article, we will make a brief brushstroke about the historical milestones that led people with hearing impairment to be protected and welcomed by the laws that govern our country, however we are still far from actually achieving our goal of total

inclusion of these individuals, this problem is presented in a master's project that interviewed special learning students and the conclusion was a bad indication of how students are having difficulties in teaching in schools.

KEYWORDS: education, hearing impaired, segregation

INTRODUÇÃO

O trabalho realizado é de caráter bibliográfico, ao qual foram utilizados diversos artigos, livros e projeto de mestrado relacionado ao tema. O mesmo foi escolhido devido à baixa adesão nacional, tornando assim um tema ao qual precisa ser difundido e discutido em todas as cidades brasileiras; procuramos resumir sobre a história da educação no Brasil nos embasando em autores como: (ROSSI; RODRIGUES; NEVES, 2009), (PORFIRIO, 2022), (SILVA, 2022) e entre outros que já discutem essa questão histórica da educação. Posteriormente procuramos trazer e resumir de forma simplificada a educação para alunos com deficiências, mostramos as dificuldades sentidas tanto pelo lado do aluno como do professor em diferentes períodos históricos, fundamentando-se assim com autores como: (ROCHA, 2018) e (MIRANDA, 2022); e apresentando várias leis que surgiram para proteger e garantir a educação de todos inclusive aos alunos especiais.

Seguimos apresentando uma reportagem do portal jornalístico Oito e Meia que trata da questão sobre as dificuldades de lidar com o tema, a reportagem realizada traz diversas entrevistas, dentre elas uma com a diretora do Centro de Capacitação (CAS), e com os professores sobre o tema da redação de 2017 **Desafios para a formação educacional de surdos no Brasil**. Analisamos ainda, um projeto de mestrado realizado por Maria Rita Cotillo Pazini com o título: **Alunos com Surdez de Escola Pública em um Contexto Inclusivo**, a dissertação se deu através de pesquisa qualitativa onde entrevista alunos surdos que faziam parte do ensino público para pessoas não deficientes ao qual a mesma relata que ao fazer a tabulação dos dados obteve conclusões preocupantes.

Diante disso, procuramos averiguar quais os desafios enfrentados na educação principalmente para os alunos que tem deficiências físicas, aqui nos delimitamos a investigar esses desafios para os alunos portadores de deficiência auditiva, buscando entender suas lutas e suas conquistas ao longo da nossa história.

ENSINO NO BRASIL: DOS PERÍODOS HISTÓRICOS AOS DIAS ATUAIS

Desde o início até os tempos atuais sempre foi difícil o ensino em terras brasileiras, que vão da precariedade na estrutura do ensino à apavorante segregação social da educação; é nesse contexto que damos abertura a esse trabalho, iniciando pelo Período Colonial. Depois que Pedro Alvares de Cabral “descobriu” a nova terra em nome do rei lusitano, levou três décadas de inatividade no novo território para que se desse início a produção agrícola da cana-de-açúcar, dando origem assim as primeiras civilizações com

pequenos povoados; com o avanço da agricultura viu-se necessário a educação das crianças brancas e índios que ali estavam. A igreja católica que sempre andou de braços dados com as grandes navegações portuguesa enviou um dos seus padres com intuito de educar e catequizar os moradores das novas terras, esse trabalho foi designado ao padre Manoel da Nobrega que chefiava a ordem religiosa Companhia de Jesus (ROSSI; RODRIGUES; NEVES, 2009).

Contudo, evangelizar os índios tinha muitos obstáculos pois os próprios portugueses que trabalhavam na nova terra acabavam por dificultar o aprendizado com o mau comportamento, relaxamento moral, concubinato com mulheres índias e maus tratos aos índios, que vinham por acarretar em perdas de “alma” já convertidas. Com isso para os jesuítas a solução foi construir aldeias com o intuito de separar os alunos dos demais portugueses que atrapalhava a conversão como fala Rossi, Rodrigues e Neves (2009, pág.36):

Uma das saídas encontradas pelos jesuítas para facilitar o processo de catequese dos gentios, cujo objetivo era reduzi-los ao cristianismo, foi o aldeamento, ou seja, a organização de comunidades distantes dos olhos e dos braços armados dos brancos.

Nessa primeira impressão podemos ver que a educação em terras brasileiras dava os seus primeiros passos através da catequização, porém, também já enfrentavam as suas primeiras e enormes dificuldades no ensino.

Esses primeiros atos de educação na nova terra não foi o único período conturbado no ensino em nossa história, um outro período que marcou a educação foi durante o período imperial no Brasil, em 1824 a constituição assegurava que “A instrução primária é gratuita para todos os cidadãos”, nos anos seguintes após muitos debates a Assembleia Legislativa aprovou uma nova lei que dizia “Em todas as cidades, vilas e lugares populosos haverá escolas de primeiras letras que forem necessárias”. Essa nova lei garantiu o estudo para muitas pessoas mas, culminava por atingir lugares ao qual alunos teriam que fazer um enorme deslocamento para participar do ensino nas escolas, algo que infelizmente é visto até nos tempos atuais. Essa mesma lei estabelecia que os ordenados dos professores seriam a cargo dos presidentes das províncias e todos os professores que não tivessem formação para ensinar teriam que providenciar em um curto espaço de tempo e as próprias custas (NASCIMENTO, 2022). Com essas imposições e dificuldades financeiras na época, deu-se início a esse novo ciclo de ensino, ao qual os professores teriam como objetivo ministrar as matérias: a moral cristã, doutrina da religião católica e apostólica romana entre outras.

Nesse mesmo período os relatórios do Ministro do Império Lino Coutinho informavam os péssimos resultados obtidos sobre o ensino em todo território, falava que mesmo com esforços e investimentos no ensino era de responsabilidade das municipalidades a ineficiência administrativa e a fiscalização, assim também eram ônus dos professores e alunos, o péssimo ensino e o desleixo.

Em 1837 no Rio de Janeiro, foi criado o Colégio Pedro II que oferecia o melhor ensino da época, a escola era frequentada pela aristocracia com objetivo de formar professores e dirigentes de alto padrão social e educacional. Devido ao modelo e a cultura da sociedade vigente na época podemos ver algo perceptível até hoje que são as elites se apoderar indiretamente do estado para seus próprios fins como é descrito por Nascimento (2022, p.01).

A presença do Estado na educação no período imperial era quase imperceptível, pois estávamos diante de uma sociedade escravagista, autoritária e formada para atender a uma minoria encarregada do controle sobre as novas gerações.

Continuando no mergulho dos períodos históricos do Brasil chegamos na Ditadura ou Regime Militar ocorrido durante os anos de 1964 a 1985, veremos que houve algumas reformas na área educacional ao qual tinha como um dos principais objetivos: o segundo grau, atualmente o ensino médio, ter um caráter técnico profissionalizante. Assim nessa nova reforma o 1º grau teve um sistema único focado na educação básica e o 2º grau havia a sondagem de aptidão e a iniciação para o trabalho. A lei de nº 5.692/71 declarou essas diretrizes, as discussões sobre a lei aconteceram nos limites traçados pelo o Estado repressor e autoritário, assim sendo, para a criação dessas diretrizes o Ministério da Educação (MEC) que é o órgão do governo encarregado ao assunto do ensino, excluiu a sociedade do debate, formando uma comissão que era chamada de os “apartidários” e “esclarecidos” (ROSSI; RODRIGUES; NEVES, 2009).

Nessa época o estado não garantia a entrada generalizada da população em idade escolar, apenas 34,4% das crianças de 7 anos frequentavam a 1ª série, dessa forma, falam Rossi, Rodrigues e Neves (2009, p.127) que “As fracas taxas de escolarização podem ser justificadas pela oferta limitada de vagas nas regiões em que residem os alunos, o que demonstra o problema do sistema educacional, sua organização e estrutura”.

Esse enfraquecimento na frequência de crianças nas escolas também se dava por outro motivo, de acordo com vasta pesquisa educacional investigativa a partir do final da década de setenta, pôde ser visto que a baixa escolarização deu-se ao fato das diferenças entre classe, no qual as classes de famílias trabalhadoras escolarizavam os seus filhos tardiamente devido as dificuldades financeiras, que a família era exposta (ROSSI; RODRIGUES; NEVES, 2009).

Foi nesse período que grandes nomes da educação brasileira se destacavam na alfabetização popular mas, foram duramente perseguidos pela ditadura; como o ex-ministro da educação Darcy Ribeiro que depois do golpe teve seus direitos cassados, foi preso por nove meses e chegou a ser exilado do país (PORFIRIO, 2022);

Um segundo nome que se deve destacar é o de Anísio Teixeira secretário de educação do estado da Bahia e do Rio de Janeiro, que ajudou a formular a primeira Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDB), atuou no Instituto Nacional de Estudo

Pedagógico (INEP), assumiu posições importantes no interior da Instituição de Pesquisa Acadêmica (CAPES) no país e entre outras coisas, também chegou a ser convidado para atuar permanentemente na Organização das Nações Unidas para a Educação a Ciência e Cultura (UNESCO), infelizmente depois que voltou para o Brasil após seu exílio, em 11 de março de 1971 seu corpo foi encontrado sem vida no fosso do elevador, o mesmo tinha sido convidado dois dias antes para um almoço e nunca apareceu, não se sabe os motivos da sua morte, porém muitos acreditam ter sido uma repressão militar (SILVA, 2022).

Sem dúvida um dos grandes nomes da época foi o educador Paulo Freire, que possuiu mais de quarenta prêmios e menções honrosas de entidade como Unesco, um dos seus maiores trabalhos reconhecido ocorreu na cidade de Angicos localizada no Rio Grande do Norte onde conseguiu a extraordinária façanha de alfabetizar trezentos alunos em quarenta horas, esse sucesso infelizmente foi cancelado pelo recém-empossado general Humberto de Alencar Castello Branco, com isso lideranças que fizeram parte do projeto de Angicos foram presos e posteriormente exilados, entre eles o próprio Paulo Freire (PORFIRIO, 2022).

Dando continuidade aos marcos históricos sobre a educação, seria inapropriado não falar sobre a Educação a Distância (EAD). O ensino a distância já havia ganhando proporções ao longo do tempo, com o telecurso que ocorreu em meados dos anos noventa ao qual visava o ensino para pessoas que não concluíram o ensino fundamental e/ou médio mas, sempre foi visto como uma forma opcional para estudante que dispunha de pouco tempo, devido a situação financeira, que precisavam optar por estudar ou trabalhar quando os horários não dava para conciliar trabalho/escola provocando a perda do ano letivo, ou para alunos que residiam distante das grandes cidades ao qual se localizavam a instituição de ensino. Entretanto, antes do ensino pelo telecurso os ensinamentos a distância eram feitos com envios de correspondências de materiais, questionário e resolução do conteúdo, porém essa modalidade gerava uma perda enorme no tempo de resposta de algumas determinadas dúvidas que acabava por prejudicar o aprendizado (CORDEIRO, 2020).

Depois da informatização com a criação de celulares com mobilidades e computadores um pouco mais acessível o ensino teve uma atualização, no EaD professor e alunos obtêm respostas mais rápidas gerando interatividade na turma para o ensino a distância. Quando surgiu o vírus da Covid-19 no ano de 2019 e atingiu o Brasil em março de 2020, houve a paralização do ensino presencial em massa em todos os países provocando uma ruptura no ensino presencial dos estudantes.

Com isso, o ensino EaD que era opcional virou um grande aliado ao ensino em períodos pandêmico entretanto, choques culturais foram provocados; Professores do ensino presencial não sabiam utilizar as plataformas online, muitos professores e alunos não proviam de aparelho como celulares ou computadores para dá continuidade ao ensino e com a inserção da família muitos pais não conseguiam explicar as matérias aos próprios filhos, assim como fala Cordeiro (2020, p.03) “Além da utilização de diferentes recursos,

muitos professores confrontaram-se com a dificuldade de acesso, por parte de muitas famílias onde não possuíam uma alternativa a não ser um telefone com o aplicativo de mensagens instantâneas”.

Muitos foram os períodos históricos da educação no país e muitos foram as transformações e adaptações das escolas e alunos a esses momentos. Até aqui tratamos sobre a educação de um modo geral levando em conta os alunos que não tem deficiência, a partir do próximo capítulo abordaremos a educação para pessoas deficientes, principalmente os com deficiência auditiva foco do nosso estudo, no percurso histórico do nosso país.

ALUNOS DEFICIENTES: O ENSINO DA EDUCAÇÃO DOS PERÍODOS HISTÓRICOS AOS DIAS ATUAIS

Os deficientes de uma maneira geral, sobretudo os auditivos eram tratados com um certo desprezo e preconceito inclusive por membros da família que consideravam a deficiência física uma anomalia. Há alguns séculos atrás os deficientes eram marginalizados e separados da própria família, impossibilitando os mesmos a terem um papel atuante na sociedade, pois, as pessoas viam as suas deficiências como um castigo dos deuses, e ninguém gostaria de expor na sociedade os seus castigos (ROCHA, 2018).

Durante muitos anos as pessoas deficientes foram excluídas da sociedade, principalmente aqueles que não nasciam nas famílias elitizadas, essa exclusão começou a mudar ainda que de forma incipiente graças ao monge Pedro Ponce de León quando no início do século XVI fundou uma escola de ensino para alunos surdos no Monastério de San Salvador na Espanha, o seu objetivo era dar aulas para os filhos dos nobres com o intuito de fazê-los falar e a utilizarem a leitura labial, isso possibilitou que os alunos deficientes auditivos interagissem com outras pessoas (ouvintes). Assim pelo que se sabe o Monge León foi o primeiro professor para as pessoas com essa deficiência auditiva (ROCHA, 2018).

Durante o século XVIII foi onde realmente houve algo de concreto e especializado para o público deficiente. Graça as contribuições do francês Charles-Michel de L'Épée e o alemão Samuel Heineke, um passo enorme foi dado no ensino dos deficientes. L'Épée que já tinha um abrigo bancado com os próprios recursos financeiros veio anos depois a transformar o amparo na primeira instituição educacional para surdo no mundo, ele havia visto em uma comunidade surda na capital francesa que fazia uso de uma linguagem gestual, assim aproveitando aquela comunicação gestual difundiu a comunicação por meio dessa língua (ROCHA, 2018).

Já Samuel Heineke criou a primeira instituição da Alemanha para esse ensino, seu primeiro contato com os surdos deu-se em 1754, sua obra está repleta de publicações de livros, a forma que utilizava na época era bem parecida com a de L'Épée entretanto, além de conseguir se comunicar com os demais também tinha o objetivo que as oralizações fossem atingidas (ROCHA, 2018).

Com o passar dos anos e as revoluções acontecendo, muitos achavam que a terapia e o tratamento eram a única maneira capaz de curar os deficientes, com isso, foram totalmente contra a educação do mudo por linguagem de gestos visuais e por muito tempo ficou negligenciado a educação aos mesmos. Um grande marco negativo na história sobre o assunto ocorreu no Congresso de Milão em 1880 com a proibição da utilização dessa linguagem, os surdos se quer tiveram direito a defesa como fala Rocha (2018, p.01):

Ficou estabelecido que a língua de sinais fosse proibida em sua utilização como método de ensino para os surdos. Na época, os deficientes auditivos perderam, inclusive, o direito de opinar sobre qual seria a metodologia de ensino que desejavam para si mesmos.

Aqui podemos ver o quão absurdo eram as decisões tomadas para a educação do aluno com deficiência, um ensino que como vimos anteriormente já era sucateado para alunos sem deficiência, com o Congresso de Milão os deficientes auditivos regressavam basicamente à estaca zero, voltavam a serem excluídos pela sociedade.

No Brasil, esse mesmo século foi diferente, durante o período imperial a vinda do educador francês Hernet Huet que era surdo congênito, levou Dom Pedro II a fundar em 1857 no Rio de Janeiro o Imperial Instituto dos Surdos-Mudos regida pela lei nº 939 que a partir de 1957 seria chamado de Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES) segundo relata Miranda, 2022.

Dom Pedro II tinha interesse na instalação dessa educação no Brasil pelo fato da princesa Isabel ser mãe de um filho surdo e era casada com o Conde D'Eu que era parcialmente surdo. Essa proposta educacional abrangia as matérias de língua Portuguesa, Aritmética, Geografia, História, Escrita Mercantil, Leitura Labial entre outras (MIRANDA, 2022).

A partir da Nova República com a criação da constituição de 1988 as criações das leis nº 205 e nº 206, veio para assegurar a educação como um direito para todos e entre outros garantir a igualdade de condições para todos os estudantes permanecer na escola (BRASIL, 1988). A constituição abrangia tudo, contudo, era necessário a criação de leis específicas para alunos portadores de deficiência, assim foi criada a lei nº 7.853/89, assegurando os direitos individuais e sociais das pessoas portadoras de deficiência e entre outros a matrícula compulsória em estabelecimento de ensino público e particulares de pessoas deficientes capazes de se integrarem no sistema regular (BRASIL, 1989).

Apesar da lei abranger também o aluno com deficiência, a constituição apresenta pessoas com limitações que são capazes de se integrarem no sistema regular, com isso excluía várias pessoas com outros tipos de deficiência, assim em 1990 foi criada a lei nº 8.069, o Estatuto da Criança e do Adolescente o (ECA). Essa lei de maneira geral visa proteger a criança e adolescente, oportunizando atendimento educacional especializado às crianças com deficiência, sem discriminação ou segregação (BRASIL, 1990).

Muitas ações e leis foram elaboradas para cada vez mais proteger tanto alunos sem deficiência como alunos com deficiências mas, vale apenas destacar que um dos grandes marcos na história mundial sobre a educação aos alunos especiais, se deu a partir da Declaração de Salamanca em 1994, ao qual surgiu a partir da Conferência Mundial sobre Educação Para Necessidades Especiais. Esse documento garantia a inclusão de crianças, jovens e adultos com necessidades no sistema de ensino, assim todos os alunos devem aprender juntos independentemente de qualquer dificuldade que possa ter e assegurar ensino de qualidade para os alunos, como o professor possuir especialização adequada para o magistério (SALAMANCA, 1994).

No Brasil a lei nº 10.436 de abril de 2002 sancionada pelo presidente na época Luiz Inácio Lula da Silva reconheceu a Linguagem Brasileira de Sinais (Libras) como a segunda língua oficial do Brasil, dando assim o dever por parte do poder público e empresas de serviços públicos, de forma a institucionalizar o uso como meio de difusão da comunicação em Libras (BRASIL, 2002).

Ao que parece nunca houve investimento necessário a educação, principalmente para a sociedade com surdez entretanto, graças a ações e iniciativas tivemos os primeiros passos dados na educação por pessoas que quiseram fazer a diferença como Samuel Heineke e L'Épée e posteriormente pelas autoridades. O fato é que hoje, muitas coisas são garantidas por leis que regem a educação, porém o acesso dessa educação as pessoas com deficiências, ainda tem pouca atenção por parte da sociedade, escola e governantes.

AS DIFICULDADES QUE PERSISTEM AINDA NO BRASIL

Grandes avanços já foram feitos na educação, principalmente na formação do professor, nas leis que garantem o acesso embora, no Brasil, muitos professores e colégios não estão preparados para receber e licenciar para alunos com deficiência. Uma questão ao qual corrobora com a discussão, é o tema da redação do ENEM em 2017 que se referia aos **“Desafios para a formação educacional de Surdos no Brasil”**. Esse tema pegou muitos de surpresa pois infelizmente o assunto não é muito discutido em sala de aula do nosso país.

Em uma matéria feita pelo portal de notícia Oito e Meia realizada em Teresina capital do Piauí, mostram que o tema surpreendeu muitos professores e alunos, os mesmos acharam que o tema “foi técnico de mais pois não teria sido debatido na maioria das salas de aula”. Suziele uma professora recém formada em Pedagogia fala na reportagem que “Os surdos nas escolas são vistos ainda como pessoas excepcionais que são incapazes de terem formação igualitária, esse perfil é criado até mesmo pelos próprios professores que os isolam como se fossem algo sem jeito” (MEIA, 2017).

Na mesma reportagem a coordenadora do Centro de Capacitação de Profissionais da Educação e Atendimento as Pessoas com Surdez (CAS), fala que “O fato é que o tema

da redação acabou dando uma visibilidade que antes a comunidade surda não tinham. Eles se sentiam esquecidos, já que raramente apareciam na mídia ou nas plataformas de discussão pública” e a mesma ainda concluiu a reportagem dizendo “Nós já tivemos caso de faculdades em que o surdo desistiu de estudar porque não tinha interprete para eles, mesmo entrando com recursos e pedindo ao Ministério Público, muitas vezes não conseguimos” (MEIA, 2017).

Aqui podemos ver de forma preocupante que mesmo com tantas leis assegurando o acesso à educação do aluno surdo tanto a escola como os professores, e o poder público de forma geral negligenciam a educação e a inclusão do aluno deficiente em sala de aula, mesmo havendo escolas, as mesmas não estão preparadas por não saberem a linguagem de sinais e/ou não terem um interprete da linguagem para difundir a educação ao aluno, culminando assim ao isolamento do mesmo em sala de aula.

Apesar de sabermos onde se dá o problema da má educação do ensino para os alunos surdos, não devemos apenas levantar hipóteses, devemos trazer os alunos deficientes para o diálogo e captar quais as maiores dificuldades que os mesmos tem em aprender e interagir com os professores e os demais alunos.

AS DIFICULDADES RELATADAS PELOS SURDOS MUDOS

Analisando o projeto de mestrado de Maria Rita Cotillo Pazini com o título: **Alunos com Surdez de Escola Pública em um Contexto Inclusivo**. Notamos que a mesma descreve a situação dos alunos surdos que estão em processo de inclusão nas escolas do ouvinte, como estão se adaptando nessas escolas de ouvintes e nas escolas para surdos, quais impressões tem nos dois tipos de escola, as formas de relacionamento e o processo de ensino-aprendizagem (PAZINI, 2011).

Assim sendo participaram da pesquisa sete alunos jovens com surdez, que se comunicam em libras e que participam do ensino fundamental, ensino médio e Educação de Jovens e Adultos (EJA). As perguntas na entrevista foram as mais diversas como: o que elas têm aprendido na escola comum e na escola para surdo, partindo para perguntas que se relacionam com professores e colegas, e indagações que buscam saber os anseios da família quanto a escolha do tipo de escola que os mesmos pretendam estudar. Na tabulação dos dados viu-se que, na escola oralista com a inclusão do aluno surdo, constatou se que houve a exclusão e o fracasso do surdo no processo educacional, assim todos os entrevistados disseram ter dificuldades no aprendizado na sala comum pois não atendem às especificidades (PAZINI, 2011).

Em um novo tópico quando questionados o que eles aprenderam na escola comum, três alunos relatam que não entendem e que procuraram a escola de surdos para solucionar suas dificuldades pois não compreendem os professores na classe comum; Já na escola para surdos todos destacam, que a escola é melhor para suas vidas, pois aprendem libras

e aprendem a se comunicar; um dos entrevistados fala que frequenta as duas escolas em diferentes horários e relata que precisa da sala de recursos da escola de surdos para realizar as tarefas pois não entendeu o que a professora do ensino comum explicou (PAZINI, 2011).

Já em relação a expectativa da família sobre o futuro dos alunos deficientes, dois participantes relatam que pretendem fazer uma faculdade e querem continuar estudando nas duas escolas por determinação dos pais, já outros três participantes dizem que querem terminar os estudos na conclusão do ensino médio e posteriormente trabalhar; e o último participante disse que a família permanece distante, quer que ele apenas termine o ensino médio (PAZINI, 2011).

Ficou perceptível então que são muitas as dificuldades enfrentadas pelos deficientes auditivos e que por vezes não encontram apoio na escola para alunos não deficientes e também por parte da família, que muitas vezes diante dos obstáculos enfrentados pelos os seus entes queridos acabam por acharem que devem encerrar seus aprendizados no nível médio.

CONCLUSÃO

Em virtude do que foi mencionado nos capítulos acima sobre o tema da dificuldade do ensino e inclusão do aluno nas escolas, podemos destacar que ao longo do percurso histórico os alunos com deficiência auditiva, por bastante tempo foram tratados como invisíveis na sociedade e mesmo depois de vários anos também apresentaram-se ainda esquecidos até chegar pessoas muitas vezes autônomas procurando e conseguindo dá o primeiro passo fazendo assim a diferença. Mas, como podemos notar, mesmo os alunos sem nenhum problema físico ou mental não tem todo o acolhimento necessário da instituição de ensino e do governo, as vezes pelo fato de sua própria classe social não ser uma classe mais elitizada, infelizmente pessoas de origem pobre, negra, indígenas e entre outros acabam por sofrerem mais com a péssima educação, com o sucateamento do ensino; com isso, torna-se mais difícil ainda para alunos especiais serem de fato inseridos no sistema educacional e na sociedade.

É notório que muitos professores em muitas escolas não estão preparados para receber alunos com deficiência como é apresentado no projeto de (PAZINI, 2011), esse despreparo no ensino vem a provocar perdas imensuráveis para a vida de cada aluno. Podemos ver que leis foram criadas ao longo do caminho para proporcionar a inserção das pessoas com deficiência, entretanto a lei “X”, de número “Z” e artigo “Y” não vai adiantar nada se não houver de fato um investimento sério na área educacional que proporcione a melhoria e inclusão de todos os alunos; assim nas salas que houver um aluno deficiente auditivo ao qual a escola já tem esse dado desde a matrícula, a instituição possa solicitar um tradutor de Libras para o bom aprendizado de seus alunos.

Investimentos precisam serem feitos, fiscalização precisam existirem, não podemos mais esperar que os alunos com deficiência auditiva, tentem entrar “no mundo normal” por conta própria, precisamos fazer uma reparação histórica a essa parte da sociedade que durante muitos séculos foram tratados como indigentes pela sociedade.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Brasil Presidência da República Casa Civil do. **LEI Nº 7.853 DE 24 DE OUTUBRO DE 1989**. 1989. Planalto. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7853.htm. Acesso em: 02 nov. 2022.

BRASIL, Presidência da República Casa Civil do. **LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990**. 1990. Planalto. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 02 nov. 2022.

BRASIL, Constituição Federal da República Federativa do. **DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA E DO DESPORTO DA EDUCAÇÃO**. 1988. Pacto Ensino Médio. Disponível em: http://pactoensinomedio.mec.gov.br/images/pdf/constituicao_educacao.pdf. Acesso em: 02 nov. 2022.

BRASIL, Presidência da República do. **LEI Nº 10.436, DE 24 DE ABRIL DE 2002**. 2002. Planalto. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm. Acesso em: 02 nov. 2022.

CORDEIRO, Karolina Maria de Araújo. **O IMPACTO DA PANDEMIA NA EDUCAÇÃO: A UTILIZAÇÃO DA TECNOLOGIA COMO FERRAMENTA DE ENSINO: tecnologia e educação. TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO**. 2020. Escolas IDAAM. Disponível em: <http://oraculo.escolasideam.com.br/jspui/handle/prefix/1157>. Acesso em: 31 out. 2022.

Fundamentos históricos da educação no Brasil / Ednéia Regina Rossi, Elaine Rodrigues, Fátima Maria Neves, organizadoras. 2. ed. rev. e ampl. Maringá: Eduem, 2009. 166 p. ; 21 cm. (Formação de Professores - EAD; v. 4).

MEIA, Oito e. **A voz de quem não ouve: como os surdos são educados no Piauí**. 2017. Oito e Meia. Disponível em: <https://www.oitomeia.com.br/noticias/2017/11/07/comunidade-surda-de-teresina-esta-feliz-com-o-tema-da-redacao-do-enem-que-deu-visibilidade-para-eles/>. Acesso em: 17 jun. 2022.

MIRANDA, Rizovaldo Costa. **Historia dos Surdos**. 2022. Miranda Libras. Disponível em: <http://mirandalibrassemfronteiras.weebly.com/-histoacuteria-dos-surdos.html>. Acesso em: 02 nov. 2022.

NASCIMENTO, Maria Isabel Moura. **O IMPÉRIO E AS PRIMEIRAS TENTATIVAS DE ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO NACIONAL (1822-1889)**. 2022. HISTEDBR. Disponível em: https://histedbrantigo.fe.unicamp.br/navegando/perodo_imperial_intro.html. Acesso em: 30 out. 2022.

PAZINI, Maria Rita Cotillo. **Alunos com Surdez de Escola Pública em um Contexto Inclusivo**. 2011. Centro Universitário Moura Lacerda. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/193744>. Acesso em: 17 jun. 2022.

PORFIRIO, Francisco. **Darcy Ribeiro**. 2022. Mundo Educação UOL. Disponível em: <https://mundoeducacao.uol.com.br/biografias/darcy-ribeiro.htm>. Acesso em: 30 out. 2022.

PORFIRIO, Francisco. **Paulo Freire**. 2022. Mundo Educação UOL. Disponível em: <https://mundoeducacao.uol.com.br/filosofia/paulo-freire.htm>. Acesso em: 30 out. 2022.

ROCHA, Renata. **Deficiência auditiva: a história do surdo e da surdez**. 2018. Signum Web. Disponível em: <https://blog.signumweb.com.br/curiosidades/a-historia-do-surdo-e-da-surdez/>. Acesso em: 31 out. 2022.

SALAMANCA, Declaração. **DECLARAÇÃO DE SALAMANCA SOBRE PRINCÍPIOS, POLÍTICA E PRÁTICAS NA ÁREA DAS NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS 1994 1998**. 1994. UNESCO. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000139394>. Acesso em: 02 nov. 2022.

SILVA, Daniel Neves. **Anísio Teixeira**. 2022. Mundo Educação UOL. Disponível em: <https://mundoeducacao.uol.com.br/historiadobrasil/anisio-teixeira.htm>. Acesso em: 30 out. 2022.